

<b>Local</b> SEDE - Prédio 1 (Sala de Reunião do Gabinete do secretário)	<b>10/07/06</b>	<b>Início</b> 09:00: h	<b>Término</b> 13:00 h
---	-----------------	---------------------------	---------------------------

<b>Assunto</b> <i>22ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental - CCA</i>
---

## PARTICIPANTES - LISTA DE PRESENÇA

SIGLA	TITULAR		SUPLENTE	Presente: P
SMA	Suani Teixeira Coelho			
SMA	Claudio Darwin Alonso	P		
CPRN	Antonio Luiz Lima de Queiroz		Celso Mazottini Saes	P
DAIA	Pedro José Stech		Neusa Marcondes de Assis	P
DEPRN	Márcia Calamari		Primo Ângelo Falzoni Neto	
CPLEA	Rosely Sztibe		Martinus Filet	P
FF	Maria Cristina Heilig		Sandra Aparecida Leite	
IF	Hélio Y. Ogawa		Hiroyassu Uehara	P
IBT	Luiz Mauro Barbosa		Dácio Roberto Matheus	
IG	Tarcísio José Montanheiro		Hélio Shimada	P
CETESB-C			Marcelo de Souza Minelli	
CETESB – E	Lady Virgínia Tralde Meneses		Eduardo Mazzolenis	
CONSEMA	Paulo Nogueira Neto			

## Outros Participantes

DAIA	Sílvia Carpinelli	CPLEA	Iracy Xavier da Silva
DAIA	Liliana Calati Grandi		
DAIA	Maria Silvia Romitelli		
DAIA	Marisa Chieme Kakazu		
DAIA	Cristiane Fernandes de Oliveira		
DAIA	Francisco Fabro Filho		
IBt	José Paulo Ganzeli		

## RESUMO DA REUNIÃO

### 1 – Abertura.

Aprovada a ata da reunião anterior.

O Secretário Executivo da Câmara de Compensação Ambiental informou sobre o andamento dos trabalhos dos 02 grupos de trabalho constituídos objetivando propor a normatização da compensação ambiental, no âmbito do estado de São Paulo, em atendimento à legislação federal e o grupo que deverá estabelecer os critérios técnicos para a valoração do dano ambiental. Além disso sugeriu que fosse possível ao titular da CCA, que não pudesse comparecer a uma de suas reuniões, enviar por e-mail o nome de seu representante para aquela reunião específica. Esse procedimento foi aceito pelos presentes até que haja uma Resolução do Secretário, normatizando uma nova forma de se proceder.

### 2- Análise das compensações propostas

#### 2.1 – Ajinomoto Biolatina Ind. e Com. Ltda. – ampliação unidade industrial – processo SMA 13.572/2005

A Câmara de Compensação Ambiental – CCA indicou a aplicação de recurso, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser utilizado na regularização fundiária do Parque Estadual do Jacupiranga. O valor indicado correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total para a implantação do empreendimento estimado em R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

A CCA, considerando o Decreto Estadual 47.099 de 18/09/02 que altera a classificação da Estação Estadual de Pederneiras para Floresta Estadual e a exposição do representante do Instituto Florestal de que empreendimento em questão encontra-se na zona de amortecimento da Floresta de Pederneiras, indicou que parcela desse recurso poderá ser destinada à elaboração do plano de manejo e a atividades que visem a proteção da Floresta Estadual de Pederneiras, após a aprovação pela CCA do plano de trabalho com os respectivos valores financeiros discriminados a ser apresentado pelo Instituto Florestal.

#### 2.2 – Norfolk Distribuidora Ltda. gasoduto REVAP-RECAP- processo SMA 13.654/2004

A CCA aprovou a indicação ao Consema do valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total de implantação do empreendimento, estimado em R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para ser aplicado da seguinte forma: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), na aquisição de equipamentos para o Parque Natural Municipal de Itapeti, caso a Prefeitura do Município oficialize já ter atendido aos incisos I e II do artigo 33 do Decreto Federal 4.340 de 22/08/02; R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para a complementação da elaboração e implantação do plano de manejo da APA da Várzea do Rio Tietê; R\$100.000,00 (cem mil reais) para o Parque Estadual Fontes do Ipiranga, destinados à implantação do plano de manejo, na dependência do Instituto de Botânica, administrador deste parque, tê-lo protocolizado junto ao Consema e finalmente, R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) destinados à APA Bacia do Rio Paraíba do Sul, cuja gestão pertence ao IBAMA.

**2.3 – Trump Realty Brazil Empreendimentos e Participações Ltda – complexo Turístico Villa Trump - processo SMA 13.723/2004**

Considerando que as unidades de conservação propostas pelo empreendedor já foram contempladas com recursos, oriundos do licenciamento ambiental referentes a outros empreendimentos, a CCA aprovou a indicação ao Consema do valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), correspondente a 0,5% (meio por cento) do custo total de implantação do empreendimento, estimado em R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para que sejam aplicados em trabalhos de demarcação dos limites e revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira.

Sobre a solicitação de parcelamento do valor referente à compensação ambiental formalizada por alguns dos interessados, a CCA informa que a decisão compete ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA.

Nome	Assinatura	Data
Neusa Maria Marcondes Viana de Assis		10/07/06